

VRental Locação de Máquinas e Equipamentos S.A.

Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2025

Ref.: Relatório nº 255CS-036-PB



Índice

	Página
Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias	3
Informações contábeis intermediárias	5
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025	13

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
Av. Iguazu, 418 - Sala 1404
Petrópolis - Porto Alegre (RS) Brasil
T +55 51 3500-8473
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas e Administradores da
VRental Locação de Máquinas e Equipamentos S.A.
Indaiatuba - SP

Opinião

Revisamos as informações contábeis intermediárias da VRental Locação de Máquinas e Equipamentos S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, para o período de três meses findo naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim financial reporting*, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de informações intermediárias executadas pelo auditor da entidade e ISRE 2410 - *Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity*, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão.

O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos atenção para as Notas Explicativas no 2.3 e 11, as quais indicam que, em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 a Companhia estava em desacordo com determinadas cláusulas restritivas (“covenants”) relacionadas a índices financeiros de dívida, fato que permite aos credores determinarem o vencimento antecipado da dívida. Em virtude deste fato, atendendo às normas contábeis aplicáveis, a Administração, conforme Nota Explicativa no 11, reclassificou o montante de R\$ 313.175 (R\$ 342.647 em dezembro de 2024) do saldo de empréstimos e financiamentos do passivo não circulante para o passivo circulante, fato que, em adição a outros eventos e condições, levou a Companhia a apresentar capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 477.308 mil e apresenta prejuízos acumulados no montante de R\$ 109.741 mil, em 31 de março de 2025. Estes eventos e/ou condições, juntamente com outros fatos descritos nas Notas Explicativas no 2.3 e 11 indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais (ITR) da Companhia, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias e individuais, tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 15 de maio de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

CRC RS-006.086/F-0



Romeu Sabino da Silva

Contador CRC IRS-071.263/O-0

VRental Locação de Máquinas e Equipamentos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo

	Notas	31/03/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.304	26.105
Contas a receber de clientes	6	77.350	102.037
Estoques	-	5.303	6.751
Tributos a recuperar	7	14.097	12.455
Crédito de consórcio	8	6.292	15.153
Outros ativos	-	8.380	9.131
Total do ativo circulante		125.726	171.632
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras	5	32.800	34.476
Tributos diferidos	19	56.147	39.270
Imobilizado	9	525.336	552.182
Direito de uso - Arrendamentos	13	7.836	8.919
Intangível	-	2.343	2.048
Total do ativo não circulante		624.462	636.895
Total do ativo		750.188	808.527

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis.

VRental Locação de Máquinas e Equipamentos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/03/2025	31/12/2024
Passivo circulante			
Fornecedores	10	44.945	49.510
Empréstimos e financiamentos	11	546.627	570.692
Arrendamentos a pagar	13	4.007	4.026
Obrigações sociais e trabalhistas	-	1.965	1.531
Tributos a recolher	-	1.931	2.834
Outros passivos	-	3.559	4.468
Total do passivo circulante		603.034	633.061
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	6.836	7.448
Arrendamentos a pagar	13	4.145	5.102
Instrumentos financeiros derivativos	12	10.652	4.323
Total do passivo não circulante		21.633	16.873
Patrimônio líquido			
Capital social	15	229.643	229.643
Reserva de capital	-	5.619	5.619
Prejuízos acumulados	-	(109.741)	(76.669)
Total do patrimônio líquido		125.521	158.593
Total do passivo e patrimônio líquido		750.188	808.527

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis.

VRental Locação de Máquinas e Equipamentos S.A.

Demonstrações dos resultados
em 31 de março de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/03/2025	31/03/2024
Receita líquida operacional	16	59.790	47.974
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	17	(59.557)	(40.837)
Lucro bruto		233	7.137
Despesas com vendas	17	(16.315)	(4.246)
Despesas gerais e administrativas	17	(7.798)	(6.125)
Outras receitas operacionais	-	90	-
Receitas (despesas) operacionais		(24.023)	(10.371)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		(23.790)	(3.234)
Receitas financeiras		7.555	3.254
Despesas financeiras		(33.713)	(29.472)
Resultado financeiro	18	(26.158)	(26.218)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(49.948)	(29.452)
Diferidos	19	16.876	9.893
Prejuízo do período		(33.072)	(19.559)
Resultado por ação (em R\$)		(1,01)	(0,62)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis.

VRental Locação de Máquinas e Equipamentos S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31 de março de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/03/2025	31/12/2024
Prejuízo do período	(33.072)	(19.559)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	(33.072)	(19.559)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis.

VRental Locação de Máquinas e Equipamentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
em 31 de março de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social			Reserva de capital		Prejuízos acumulados	Adiantamentos para futuro aumento de capital	Total
	Subscrito	Custo com transações de capital	Capital social	Reserva de capital	Ágio na subscrição de ações			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	239.167	(9.526)	229.641	2	-	(35.225)	5.619	200.037
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	(19.559)	-	(19.559)
Adiantamento para futuro aumento de capital	2	-	2	-	5.617	-	(5.619)	-
Saldos em 31 de março de 2024	239.169	(9.526)	229.643	2	5.617	(54.784)	-	180.478
Saldos em 31 de dezembro de 2024	239.169	(9.526)	229.643	2	5.617	(76.669)	-	158.593
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	(33.072)	-	(33.072)
Saldos em 31 de março de 2025	239.169	(9.526)	229.643	2	5.617	(109.741)	-	125.521

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis.

VRental Locação de Máquinas e Equipamentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de março de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/03/2025	31/03/2024
Atividades operacionais			
Resultado líquido do período	-	(33.072)	(19.559)
Ajustes por			
Depreciação e amortização	9	24.588	24.953
Depreciação do direito de uso	13	1.083	956
Apropriação de encargos financeiros de arrendamento	13	412	478
Valor residual dos ativos imobilizados na baixa	-	26.211	(1.578)
Variações cambiais e monetárias líquidas	11	(3.402)	1.178
Variações de instrumentos financeiros derivativos	-	6.965	966
Despesa com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidas	11	22.113	23.015
Custos de empréstimos capitalizados	-	(391)	(914)
Rendimentos sobre aplicações financeiras	-	(185)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	(16.876)	(9.893)
Provisão para perdas esperadas com créditos	-	164	1.357
Variação de ativos e passivos			
Contas a receber de clientes	-	(36.430)	2.877
Estoques	-	1.448	(650)
Tributos a recuperar	-	(1.640)	(2.599)
Crédito de consórcio	-	8.861	4.781
Outros ativos e passivos	-	(162)	982
Fornecedores	-	(4.565)	(481)
Obrigações sociais e trabalhistas	-	434	738
Tributos a recolher	-	(903)	(233)
Caixa gerado das operações			
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	11	(18.169)	(18.495)
Pagamentos de arrendamentos juros	-	(412)	(478)
Recebimento pela venda de seminovos (imobilizado)	-	58.707	8.705
Juros recebidos sobre aplicações financeiras	-	1.045	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		35.824	16.106
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aplicação financeira	-	817	(38.643)
Adições de imobilizado	9	(23.810)	(677)
Adições de intangível	-	(438)	(437)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(23.431)	(39.757)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	11	16.616	60.000
Recebimento (pagamento) de operações com derivativos	-	(636)	-

VRental Locação de Máquinas e Equipamentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de março de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/03/2025	31/03/2024
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	11	(39.198)	(41.930)
Pagamento de contratos de arrendamentos	13.2	(976)	(878)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento		(24.194)	17.192
Redução no caixa e equivalentes de caixa		(11.801)	(6.459)
No início do período	-	26.105	60.057
No final do período	-	14.304	53.598
Redução no caixa e equivalentes a caixa		(11.801)	(6.459)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis.

VRental Locação de Máquinas e Equipamentos S.A.

Demonstrações do valor adicionado em 31 de março de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/03/2025	31/03/2024
Receitas		
Receita bruta de prestação de serviços deduzida de descontos	37.413	42.750
Receita de venda de seminovos	26.282	8.705
Outras receitas	(12.097)	431
Devoluções	(435)	-
Perda estimada na realização de créditos de liquidação duvidosa	(164)	(1.357)
Total	50.999	50.529
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(11.384)	(12.030)
Custos dos serviços vendidos	(2.876)	(2.022)
Custo de venda de seminovos	(26.207)	(7.127)
Total	(40.467)	(21.179)
Valor adicionado bruto	10.532	29.350
Depreciação e amortização	(20.400)	(20.273)
Amortização direito de uso	(1.083)	(938)
Valor adicionado líquido gerado	(10.951)	8.139
Receitas financeiras	7.555	3.254
Valor adicionado total a distribuir	(3.396)	11.393
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	9.369	7.461
Impostos, taxas e contribuições	(13.406)	(5.980)
Remuneração do capital de terceiro	26.748	28.505
Perda em operações com derivativos	6.965	966
Remuneração de capitais próprios	(33.072)	(19.559)
Valor adicionado distribuído	(3.396)	11.393

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A VRental Locação de Máquinas e Equipamentos S.A. (Companhia) tem como principal atividade a locação de máquinas e equipamentos para construção, manutenção e reparação de máquinas e equipamentos e aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, com registro categoria “B” junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), constituída em 30 de março de 2021, e entrou em operação em abril do mesmo ano, estando sediada na cidade de Indaiatuba/SP.

A Diretoria da Companhia aprovou a conclusão destas demonstrações contábeis em 15 de maio de 2025.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base para preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica – Geral (NBC TG) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, apoiadas no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e do ativo intangível, análises quanto às suas recuperabilidades nas operações, avaliação do valor justo de ativos e passivos financeiros, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas contábeis anualmente.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As *International Financial Reporting Standards* (IFRS) não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis intermediárias.

2.2. Declaração de relevância

Todas as informações relevantes às demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia, conforme Orientação Técnica OCPC 07.

2.3. Declaração de continuidade

Em 31 de março de 2025, 31 de dezembro de 2024 e na data de emissão dessas demonstrações financeiras, conforme mencionado na Nota 11, a Companhia não está em conformidade com as cláusulas restritivas de índice financeiro das dívidas (“Covenants”) e não cumpriu o montante mínimo das garantias das debêntures. Os contratos preveem, em determinadas condições, o vencimento antecipado do saldo da dívida e, dessa forma, as parcelas classificadas no passivo não circulante no valor de R\$ 313.175 (R\$ 342.647 em dezembro de 2024) foram integralmente reclassificadas para o passivo circulante, em conformidade com o CPC 26 – Apresentação das demonstrações financeiras (IAS 1).

Esses descumprimentos estipulam hipótese de vencimento antecipado do saldo da dívida, essas circunstâncias deixam dúvida sobre a capacidade de a Companhia continuar operando. A Administração está conduzindo conversas com os credores e espera obter a dispensa do pagamento antecipado, bem como uma renegociação do cronograma de vencimentos da maior parte da dívida. A Administração tem monitorado o cenário de liquidez e adotado medidas para mitigar essas preocupações por meio da gestão do seu fluxo de caixa. Em paralelo, a Administração estuda alternativas de captação de recursos e está em negociação com seus credores para repactuar uma nova estrutura de dívidas e negociar os waivers de vencimento antecipado. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade das atividades operacionais da Companhia.

No dia 1o de abril de 2025, a Companhia publicou editais de convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD) referentes à 1a e à 2a emissão de Debêntures, com o objetivo de deliberar sobre a concessão de waiver para o vencimento antecipado decorrente do não cumprimento do índice financeiro mencionado anteriormente. No dia 07 de abril de 2025, a Companhia substituiu os referidos editais, publicando novas convocações para deliberar sobre os seguintes temas: (i) waiver para o vencimento antecipado em função do descumprimento do índice financeiro; (ii) waiver prévio relacionado ao não pagamento da parcela originalmente com vencimento no dia 15 de maio de 2025, referente à 1a emissão; e (iii) revisão das condições das debêntures, incluindo entre outros pontos, o cronograma de pagamento, a remuneração da dívida e a estrutura das garantias.

A AGD foi realizada no dia 12 de maio de 2025, ocasião em que foram aprovados waivers temporários quanto aos itens (i) e (ii), vigentes até a deliberação do item (iii), conforme indicados no parágrafo anterior. A assembleia foi, então, suspensa e será retomada no dia 27 de maio de 2025 para deliberação final sobre as alterações contratuais propostas.

Em maio, a Companhia foi notificada pelo descumprimento do Montante Mínimo da Garantia de Cessão Fiduciária o que configura hipótese de vencimento antecipado não automático. No dia 13 de maio de 2025, foi publicado novo edital de convocação de AGD, referente à 2a emissão, visando a deliberar especificamente sobre essa matéria.

Até a data de aprovação e autorização dessas demonstrações financeiras, ainda não há definição formal dos credores sobre a exigência ou dispensa do vencimento antecipado da dívida. A Administração da Companhia está conduzindo conversas com os credores e espera obter a dispensa do pagamento antecipado, bem como uma renegociação do cronograma de vencimentos da maior parte da dívida.

2.4. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

2.5. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas com valores em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Em todas as demonstrações contábeis apresentadas em reais, os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como a gente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, também é satisfeito antes de haver reconhecimento de receita:

Receita de serviços

A receita de serviços é reconhecida com base na evolução dos serviços prestados de acordo com os respectivos contratos, observando-se o regime de competência.

Receitas de aluguel

A Companhia registra suas receitas com base no regime de competência. Suas operações com locação de equipamentos tem o valor estabelecido no contrato de aluguel e a receita é reconhecida na proporção do andamento do serviço, conforme definido em contrato, independentemente da forma de recebimento.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Receita de venda de máquinas e equipamentos

A receita de venda de máquinas, equipamentos e caminhões é uma atividade acessória e complementar à atividade de locação de equipamentos. A Companhia vende equipamentos seminovos e usados diretamente ou por meio de seus parceiros. A receita de venda de ativos é reconhecida quando se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega dos produtos.

3.2. Tributos

Imposto de renda e contribuição social – Correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. Atualmente, as provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas de 15%, mais adicional de 10%, e 9%, respectivamente, sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões admitidas.

Imposto de renda e contribuição social – Diferido

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se tornam prováveis que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

Tributos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos tributos sobre vendas.

O valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

3.3. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado;
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumuladas (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes sem reclassificação de ganhos e perdas acumuladas no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados nas categorias de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumuladas (instrumentos de dívida) e ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes sem reclassificação de ganhos e perdas acumuladas no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).

Ativos financeiros ao custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Os ativos financeiros da Companhia classificados valor justo por meio do resultado incluem aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativo.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e **(a)** a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou **(b)** a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiram o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros (inclui a provisão para perdas ao valor recuperável de contas a receber de clientes)

As exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, são provisionadas como resultado de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses).

Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Esta metodologia é aplicável aos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado.

Para as contas a receber de clientes, dada a natureza de curto prazo dos recebíveis da Companhia, não foi identificado nenhum impacto relevante que pudesse afetar suas demonstrações contábeis, pela adoção do CPC 48.

Para os demais ativos financeiros passíveis de análise de redução ao valor recuperável não foi reconhecida nenhuma perda esperada no período findo em 31 de março de 2025, pois de acordo com a avaliação da Companhia, além do risco associado ser baixo, não há histórico de perdas. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

ii) Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos.

Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.5. Contas a receber de clientes

Estão apresentadas a valores de realização. A Companhia contabiliza provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente pela administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

3.6. Estoques

Os estoques referem-se, basicamente, ao almoxarifado de peças e são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado pelo método de custo médio. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

3.7. Imobilizado

São apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado da Companhia são:

	Vida útil
Máquinas e equipamentos	08 a 15 anos
Veículos	05 anos
Móveis utensílios e equipamentos de informática	03 a 10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outros ganhos (perdas), líquidos” na demonstração do resultado.

Ativos mantidos por meio de arrendamento são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

3.8. Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. É composto por direitos de uso de softwares e seus custos de implantação.

3.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

3.10. Arrendamentos

Para os arrendamentos, a Companhia na qualidade de arrendatária, reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. A Companhia reconhece a partir de 1º de janeiro de 2022 ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais. A natureza das despesas relacionadas a estes arrendamentos muda porque a Companhia passa a reconhecer uma depreciação de ativos de direito de uso e despesa financeira sobre obrigações de arrendamento.

3.11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, e são, subsequentemente, demonstrados pelo valor de custo amortizado. A metodologia do cálculo para cada empréstimo segue as condições particulares de cada contrato, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas e tributos pagos para contratação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, e são registrados na rubrica despesas financeiras pela taxa efetiva de juros. A administração controla mensalmente os saldos de cada dívida através de controles gerenciais, no qual atualiza os indicadores financeiros (taxas de juros) conforme acordado em cada contrato.

3.12. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia não é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e/ou órgãos governamentais. Assim, a Companhia não possui contingências em 31 de março de 2025 e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi reconhecida em 2025.

3.13. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.14. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Julgamentos

A preparação das informações da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos, ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercado ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

3.15. Novas normas e interpretações

As novas normas e interpretações contábeis emitidas, até a emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir:

3.15.1. Alterações ao CPC 40 (R1)/IFRS 7 – Acordos de financiamentos de fornecedores e no CPC 03 (R1)/IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa antecipada)

As alterações passam a requerer que a entidade divulgue informações adicionais sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permita aos usuários avaliarem os efeitos desses acordos nos passivos e fluxos de caixa da entidade e na exposição da entidade ao risco de liquidez.

As divulgações requeridas pelas alterações, que permitiriam a compreensão dos efeitos desses acordos sobre os passivos, fluxos de caixa e liquidez incluem:

- (a)** os termos e as condições dos acordos;
- (b)** no início e no encerramento do período de reporte: (i) os valores contábeis, e as rubricas associadas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores; (ii) os valores contábeis, e rubricas associadas, dos passivos financeiros divulgados de acordo com o item (i) para os quais os fornecedores já receberam o pagamento dos financiadores; e (iii) a faixa de datas de vencimento; e
- (c)** o tipo e o efeito de alterações não caixa nos valores contábeis dos passivos financeiros divulgados de acordo com o item (b)(i).

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou a necessidade de divulgar informações adicionais, visto que, (a) os termos e as condições dos acordos não sofreram alterações em comparação as condições originais; (b) (i) os valores contábeis objeto de antecipação estão divulgados na Nota Explicativa nº 10; (ii) a decisão de aderir a esta transação é exclusiva dos fornecedores, sendo que a Companhia não tem influência nem gestão sobre os valores recebidos pelos fornecedores das instituições financeiras; (iii) não houve alteração nas datas de vencimentos; e (c) não ocorreram modificações não caixa dos acordos de antecipações de fornecedores.

3.15.2. Alterações ao CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Passivo de arrendamento em uma transação de venda e retroarrendamento (sale and leaseback)

O item 100(a) do CPC 06 exige que um vendedor-arrendatário avalie o ativo de direito de uso resultante de uma transação de venda e retroarrendamento na proporção do saldo contábil anterior do ativo que se relaciona com o direito de uso que o vendedor-arrendatário retém. Assim, numa transação de venda e retroarrendamento, o vendedor-arrendatário reconhece apenas a quantia de qualquer ganho ou perda relacionado com os direitos transferidos para o comprador-arrendador.

As alterações refletirão na mensuração do passivo de arrendamento do vendedor-arrendatário a fim de restringir o reconhecimento de qualquer ganho referente ao direito de uso mantido, fazendo com que o vendedor-arrendatário reconheça no resultado do exercício a diferença entre os pagamentos efetuados pelo arrendamento e os pagamentos que reduzem o valor contábil do passivo de arrendamento.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.

3.15.3. Alterações ao CPC 26 (R1) / IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulantes e passivos não circulantes com covenants

As alterações aprimoram as informações fornecidas pela entidade quando o seu direito de diferir a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses está sujeito ao cumprimento de cláusulas restritivas (covenants).

A classificação de passivos como circulantes ou não circulantes baseia-se no cumprimento de covenants que sejam requeridos na data de reporte ou antes dessa data, mas nunca em relação a eventos futuros, além de requerer divulgação de informações nas notas explicativas que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar o risco de que o passivo possa se tornar exigível dentro de doze meses, incluindo as condições pactuadas (por exemplo, sua natureza e a data em que a entidade deve cumpri-las), se a entidade teria cumprido as condições com base em suas circunstâncias no final do período de reporte e como a entidade espera cumprir as condições após o final do período de reporte.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e incluiu os impactos nas Notas Explicativas nºs 11 e 2.3.

3.15.4. Decisão da agenda do IFRIC sobre a divulgação de receitas e despesas para segmentos reportáveis (CPC 22 / IFRS 8)

Em julho de 2024, o IASB aprovou uma decisão da agenda do IFRIC em relação ao relatório de segmentos reportáveis. A decisão trata de como uma entidade aplica os requisitos do parágrafo 23 do IFRS 8 para divulgar para cada segmento reportável os valores específicos relacionados ao lucro ou prejuízo do segmento.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.

3.16. Políticas contábeis ainda não adotadas

Em relação aos requisitos, normas, alterações e interpretações que entrarão em vigor para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2025, e a expectativa de seus respectivos impactos:

IFRS S1 – Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade: propõe que as empresas divulguem informações financeiras, riscos e oportunidades em curto e longo prazo referentes a sustentabilidade, que sejam úteis para o usuário de propósito geral na tomada de decisões sobre fornecimentos de recursos a entidade. A norma pode ser adotada voluntariamente para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2024, com obrigatoriedade de adoção para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026;

IFRS S2 – Requisitos de divulgação relacionados ao clima: estabelece os requisitos para a divulgação de informações relacionadas ao clima, e se aplica aos aspectos em que a entidade está exposta podendo ser riscos físicos, riscos de transição e oportunidades disponíveis para a organização. A norma pode ser adotada voluntariamente para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2024, com obrigatoriedade de adoção para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026;

Alteração na IAS 21 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio: estabelece requisitos a mensuração e divulgação de transações em moedas estrangeiras, conversão de saldos e o impacto das flutuações nas taxas de câmbio nas demonstrações financeiras. A adoção está definida para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2025, com possibilidade de adoção antecipada;

Alterações no IFRS 9 e IFRS 15 – Classificação e mensuração dos Instrumentos Financeiros: constitui devem ser classificados e mensurados os ativos e passivos financeiros; além de clarificar como as receitas relacionadas a esses instrumentos devem ser reconhecidas. A adoção está definida para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026, com possibilidade de adoção antecipada.

Em relação às melhorias anuais ao IFRS – Volume 11. A adoção está definida para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026, com possibilidade de adoção antecipada:

- **IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro:** as mudanças visam esclarecer questões relacionadas à primeira aplicação das normas, garantindo uma adoção mais fluida para as empresas;
- **IFRS 7 – Instrumentos Financeiros:** as emendas buscam melhorar as orientações sobre a divulgação de informações financeiras relacionadas a instrumentos financeiros, além de esclarecer a implementação de certos requisitos;
- **IFRS 9 – Instrumentos Financeiros:** as modificações visam corrigir inconsistências ou fornecer mais clareza sobre a aplicação de certas disposições desta norma, especialmente relacionadas à mensuração e classificação dos instrumentos financeiros;
- **IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas:** as melhorias tratam de questões menores sobre a aplicação de controle e a determinação de quando uma entidade deve consolidar suas subsidiárias;
- **IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa:** as alterações são feitas para melhorar a clareza nas orientações sobre a apresentação dos fluxos de caixa, especialmente em relação às atividades de financiamento e a classificação de certos fluxos;

- **IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras:** nova norma que define nova estrutura para apresentação da Demonstração do resultado, com foco na divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração como parte das demonstrações contábeis e novos princípios de agregação e desagregação de saldos a fim de padronizar e facilitar a comparabilidade e confronto com outros demonstrativos. A adoção obrigatória está definida para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027;
- **IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública – Divulgações:** uma subsidiária elegível aplica os requisitos das outras Normas IFRS, exceto pelos requisitos de divulgação, aplicando, em vez disso, os requisitos de divulgação reduzidos do IFRS 19. Os requisitos de divulgação reduzidos do IFRS 19 equilibram as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a redução de custos para os preparadores. A adoção obrigatória está definida para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027.

A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma, e entende que, com base na relação supracitada, os requisitos, normas, alterações e interpretações que apresentarão impacto significativo e material nas demonstrações financeiras subsequentes serão as adoções do IFRS S1, IFRS S2, IFRS 18. As principais expectativas em relação às adoções mencionadas são a mensuração e reconhecimento dos itens pertencentes ao IFRS S1 e S2 relacionados à sustentabilidade e clima, a nova apresentação da Demonstração do resultado e informações adicionais relacionadas às subsidiárias, para enquadramento ao IFRS 19.

3.17. Reforma tributária

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)), que substituirá o PIS e a Cofins, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em janeiro de 2025 foi sancionado Projeto de Lei Complementar (“PLP”) 68/24, convertido na Lei Complementar 214/25, que regulamentou parte da Reforma Tributária.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP no 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar.

A Companhia reconhece sua complexidade e está comprometida em envidar todos os esforços necessários para assegurar sua plena adequação às disposições estabelecidas. Neste contexto, a administração monitora ativamente os desdobramentos da reforma tributária, avaliando potenciais impactos sobre a operação e os resultados financeiros da Companhia. Os impactos das novas regras tributárias somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma Tributária nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2025	31/12/2024
Banco conta movimento	9.544	175
Aplicações financeiras	4.760	25.930
Total	14.304	26.105

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao período findo em 31 de março de 2025 (valores expressos em milhares de reais)

Os saldos registrados como caixa e equivalentes de caixa referem-se aos depósitos e às aplicações financeiras de liquidez imediata, sem um prazo estabelecido para o resgate, podendo esse ser efetuado a qualquer momento, sem perdas significativas de rendimentos, remunerados a uma taxa média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras classificadas no ativo não circulante somam R\$ 32.800 (R\$ 34.476 em 31 de dezembro de 2024), remuneradas a taxas prefixadas entre 10,0% e 11,5% ao ano.

Tais aplicações são compostas por Certificado de Depósito Bancário (CDB) restrito para pagamento de dívida. Em 31 de março de 2025, o valor em garantia totalizou R\$ 32.800 (R\$ 34.476 em 31 de dezembro de 2024).

6. Contas a receber de clientes

	31/03/2025	31/12/2024
Clientes a receber no país	66.423	63.595
Clientes a receber no exterior	-	19.739
Clientes a faturar (i)	18.559	26.171
Provisão para perdas esperadas com créditos	(7.632)	(7.468)
Total	77.350	102.037

(i) receita reconhecida por competência, em função da obrigação de desempenho ter sido cumprida, mas que ainda não houve emissão de fatura ao cliente.

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	31/03/2025	31/12/2024
A vencer	65.122	87.120
Vencidos		
Até 30 dias	6.514	8.801
31 a 60 dias	2.292	3.832
61 a 180 dias	2.563	3.462
A partir de 181 dias	8.491	6.290
Total	84.982	109.505

A movimentação da provisão para perdas esperadas com créditos está demonstrada a seguir:

	31/03/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(7.468)	(5.018)
(Provisões) reversões, líquidas	(164)	(8.928)
Baixa por perda efetiva	-	6.478
Saldo final	(7.632)	(7.468)

A Provisão para perdas de crédito esperadas foi calculada com base na análise de risco das operações de crédito que, dentre outros fatores, contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, as garantias reais para os débitos e, quando aplicável, a avaliação dos assessores jurídicos.

7. Tributos a recuperar

	31/03/2025	31/12/2024
IRRF a recuperar - Aplicação financeira	11.059	10.338
PIS a recuperar	597	428
Cofins a recuperar	2.441	1.689
Total	14.097	12.455

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao período findo em 31 de março de 2025 (valores expressos em milhares de reais)

8. Créditos de consórcio

	31/03/2025	31/12/2024
Crédito de consórcio	6.292	15.153
Total	6.292	15.153

A Companhia possui cotas de consórcio para financiar parte da compra das máquinas e equipamentos.

O saldo se refere principalmente a cartas contempladas e ainda não utilizadas.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao período findo em 31 de março de 2025 (valores expressos em milhares de reais)

9. Imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Ferramentas oficina	Móveis, utensílios e instalações	Computadores e periféricos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Imobilizado em andamento	Total
Taxa de depreciação média a.a. %	7% a 14%	20%	20%	10% a 20%	20%	4%	-	-
Custo acumulado	728.683	88.143	1.154	398	969	-	2.433	821.780
Depreciação acumulada	(119.761)	(10.892)	(240)	(29)	(144)	-	-	(131.066)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	608.922	77.251	914	369	825	-	2.433	690.714
Adições	53.620	800	654	87	146	-	1.952	57.259
Baixas	(81.768)	(15.920)	-	-	-	-	-	(97.688)
Transferências	-	-	-	-	-	3.642	(3.642)	-
Depreciação	(86.517)	(11.169)	(178)	(14)	(101)	(124)	-	(98.103)
Custo acumulado	669.204	66.225	1.808	485	1.115	3.642	743	743.222
Depreciação acumulada	(174.947)	(15.263)	(418)	(43)	(245)	(124)	-	(191.040)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	494.257	50.962	1.390	442	870	3.518	743	552.182
Adições (i)	23.296	-	63	28	10	-	413	23.810
Baixas	(38.581)	-	-	-	(5)	-	-	(38.586)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(8.691)	(3.293)	(26)	-	(36)	(24)	-	(12.070)
Custo acumulado	653.919	66.225	1.871	513	1.120	3.642	1.156	728.446
Depreciação acumulada	(183.638)	(18.556)	(444)	(43)	(281)	(148)	-	(203.110)
Saldo em 31 de março de 2025	470.281	47.669	1.427	470	839	3.494	1.156	525.336

(i) do total das adições do período, R\$ 6.680 é feito não caixa, referem-se às obrigações a pagar de fornecedores.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao período findo em 31 de março de 2025 (valores expressos em milhares de reais)

Descrição dos ativos

Os equipamentos de locação, classificadas no grupo de máquinas e equipamentos, podem ser resumidos como: escavadeira, retroescavadeira, motoniveladora, trator de esteiras e trator agrícola.

Ativos dados em garantia de empréstimo, financiamentos e outras obrigações

Em 31 de março de 2025, os bens do ativo imobilizado que foram oferecidos em garantia em operações de empréstimos, financiamentos e arrendamentos totalizaram R\$ 651.645 a valor de custo (R\$ 493.058 em 31 de dezembro de 2024).

Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. No período findo em 31 de março de 2025, não foram identificados indicadores de perda de valor do ativo imobilizado.

Baixas e vendas dos ativos imobilizados

A Companhia tem parte de sua receita proveniente da venda de máquinas e equipamentos do ativo imobilizado, que no momento da efetivação da venda são transferidos do ativo para uma conta de estoque de seminovos para revenda e em seguida reconhecidos como custos operacionais da venda de seminovos. A depreciação sobre os ativos vendidos cessa no momento da transferência para o estoque de seminovos, que é imediatamente seguida da concretização da venda, pela entrega dos produtos.

10. Fornecedores

	31/03/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais	42.034	46.239
Fornecedores - partes relacionadas (Nota Explicativa nº 14)	2.911	3.271
Total	44.945	49.510

O saldo refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

11. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos	Vencimentos	31/03/2025	31/12/2024
Empréstimos				
Debêntures	CDI + 5,8% a.a.	2028	251.854	258.943
Instituições bancárias - Pré-fixado	16,5% a.a.	2027	68.276	75.546
Instituições bancárias - Pós-fixado	CDI + 4,4% a.a.	2028	147.360	145.765
Instituições bancárias - Loan 4131	USD + 7,8% a.a.	2028	71.425	82.631
Consórcios		2028	14.548	15.255
Total			553.463	578.140
Circulante				
		-	546.627	570.692
Não circulante				
		-	6.836	7.448

Os empréstimos e financiamentos são realizados pela modalidade pré-fixada e pós-fixada com encargos incidentes variando de 15% a 17,3% a.a. no pré-fixado e de 3,3% a 7,1% a.a. mais CDI, no pós-fixado.

Os financiamentos estão garantidos por bens do ativo imobilizado, conforme descrito na Nota Explicativa nº 9, além de aval de acionistas.

11.1. Operações relevantes contratadas

Em 21 de novembro de 2022, houve a captação de recursos provenientes da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com montante autorizado até o limite de R\$ 250.000, valor totalmente captado até fevereiro de 2023, ao custo nominal de CDI + 6,0% ao ano e custo efetivo de CDI + 7,12% ao ano. O saldo será amortizado em parcelas semestrais consecutivas, nas respectivas datas de amortização, devidas sempre nos meses de maio e novembro de cada ano, sendo a primeira parcela devida em novembro de 2023 e a última em novembro de 2027.

Em fevereiro de 2023, ocorreu a última captação decorrente da primeira emissão de debêntures da companhia, no montante de R\$ 37.497, completando o limite total da emissão de R\$ 250.000.

Em 15 de setembro de 2023, houve a captação de recursos provenientes da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com montante autorizado até o limite de R\$ 100.000, valor totalmente captado até setembro de 2023, ao custo nominal de CDI + 5,5% ao ano e custo efetivo de CDI + 6,78% ao ano. O saldo será amortizado em parcelas semestrais consecutivas, nas respectivas datas de amortização, devidas sempre nos meses de agosto de cada ano, sendo a primeira parcela devida em agosto de 2024 e a última em agosto de 2028.

Em 06 de novembro de 2024, houve a captação de recursos provenientes da Loan 4131, obtido junto ao banco Santander, no montante de R\$ 67.500, ao custo nominal de USD + 7,9% a.a. O saldo será amortizado em parcelas trimestrais consecutivas, nas respectivas datas de vencimento.

11.2. Operações relevantes liquidadas no período

Em janeiro de 2024, a Companhia liquidou, de forma antecipada, o financiamento junto ao banco Volkswagen, no valor de R\$ 15.848, como parte da estratégia de uma rolagem de dívida.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	31/03/2025	31/12/2024
Saldo inicial	578.140	630.572
Captações (i)	16.616	202.873
Encargos incorridos	22.113	92.882
Variação cambial	(5.648)	15.040
Custo de transação	(391)	(3.474)
Pagamento de principal	(39.198)	(265.756)
Pagamento de juros	(18.169)	(93.997)
Saldo final	553.463	578.140

(i) Captações de recursos.

As principais captações da Companhia foram realizadas para aquisição de máquinas e equipamentos destinados à locação.

A parcela não circulante das operações contratadas tem o seguinte cronograma de amortização, por ano de vencimento:

	31/03/2025	31/12/2024
2026	2.555	3.871
2027	3.908	3.544
2028	373	33
Total	6.836	7.448

A companhia está obrigada à observância de determinadas obrigações e restrições, sob pena de vencimento antecipado das dívidas. Tais restrições são usuais de mercado em operações como aquelas contratadas pela companhia e incluem, entre outras:

i) alteração de controle direto ou indireto;

ii) cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência de bens integrantes do ativo imobilizado bruto da Emissora fora do curso ordinário dos negócios da Companhia;

iii) descumprimento dos termos de garantias acordados;

iv) pagamento de dividendos ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas, caso a companhia esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias das dívidas; e

v) descumprimento de índice financeiro (covenant) medido pela relação “Dívida Líquida/EBITDA”, que deve corresponder a um valor menor ou igual a **(a) 4,00** (quatro inteiros) para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, bem como para os três primeiros trimestres encerrados ao longo do ano de 2024; **(b) a 3,50** (três inteiros e cinquenta centésimos) para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, bem como para os três primeiros trimestres encerrados ao longo do ano de 2025; **(c) 3,00** (três inteiros) para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, bem como para os três primeiros trimestres encerrados ao longo do ano de 2026; e **(d) 2,50** (dois inteiros e cinquenta centésimos) para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2026, bem como para todos os trimestres subsequentes até a data de vencimento da 1ª emissão de debêntures.

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia excedeu o limite previsto nas cláusulas restritivas de índice financeiro nos contratos de empréstimos e financiamentos, pelo fato de a relação Dívida Líquida / EBITDA estar superior ao limite de 3 vezes. Os contratos preveem, em determinadas condições, o vencimento antecipado do saldo da dívida e, dessa forma, as parcelas classificadas no passivo não circulante no valor de R\$ 313.175 (R\$ 342.647 em dezembro de 2024) foram integralmente reclassificadas para o passivo circulante, em conformidade com o CPC 26 – Apresentação das demonstrações financeiras (IAS 1).

No dia 1o de abril de 2025, a Companhia publicou editais de convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD) referentes à 1a e à 2a emissão de Debêntures, com o objetivo de deliberar sobre a concessão de waiver para o vencimento antecipado decorrente do não cumprimento do índice financeiro mencionado anteriormente. No dia 07 de abril de 2025, a Companhia substituiu os referidos editais, publicando novas convocações para deliberar sobre os seguintes temas: (i) waiver para o vencimento antecipado em função do descumprimento do índice financeiro; (ii) waiver prévio relacionado ao não pagamento da parcela originalmente com vencimento no dia 15 de maio de 2025, referente à 1a emissão; e (iii) revisão das condições das debêntures, incluindo entre outros pontos, o cronograma de pagamento, a remuneração da dívida e a estrutura das garantias.

A AGD foi realizada no dia 12 de maio de 2025, ocasião em que foram aprovados waivers temporários quanto aos itens (i) e (ii), vigentes até a deliberação do item (iii), conforme indicados no parágrafo anterior. A assembleia foi, então, suspensa e será retomada no dia 27 de maio de 2025 para deliberação final sobre as alterações contratuais propostas.

Em maio, a Companhia foi notificada pelo descumprimento do Montante Mínimo da Garantia de Cessão Fiduciária o que configura hipótese de vencimento antecipado não automático. No dia 13 de maio de 2025, foi publicado novo edital de convocação de AGD, referente à 2a emissão, visando a deliberar especificamente sobre essa matéria.

Até a data de aprovação e autorização dessas demonstrações financeiras, ainda não há definição formal dos credores sobre a exigência ou dispensa do vencimento antecipado da dívida. A Administração da Companhia está conduzindo conversas com os credores e espera obter a dispensa do pagamento antecipado, bem como uma renegociação do cronograma de vencimentos da maior parte da dívida.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao período findo em 31 de março de 2025 (valores expressos em milhares de reais)

12. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos de swap, cujo valor justo é determinado a partir dos fluxos de caixa descontados baseados em curvas de mercado, para proteger a exposição ao risco de juros e inflação. Assim, foram contratadas operações de swap de taxa de juros, tendo como ponta ativa a variação do IPCA mais juros fixos e como ponta passiva a variação do CDI mais juros fixos. O resultado dos swaps é contabilizado como ganhos (perdas) com derivativos, tendo como base o seu valor justo.

As características específicas dos contratos de derivativos estão assim apresentadas:

Vencimento	Posição ativa	Posição passiva	Nocional	31/03/2025			31/03/2025		
				Valor da curva			Valor de mercado		
				Posição ativa	Posição passiva	Ganho (Perda)	Posição ativa	Posição passiva	Ganho (perda)
Novembro/2027	IPCA + 12,65% a.a.	100% CDI + 6,00% a.a.	166.667	177.457	188.354	(10.897)	189.808	198.020	(8.212)
Julho/2027	USD + 9,71% a.a.	IPCA + 6,60% a.a.	67.500	64.089	64.763	(674)	96.819	98.370	(1.551)
Dezembro/2026	USD + 8,45% a.a.	100% CDI + 3,30% a.a.	10.000	8.387	8.806	(419)	8.552	9.041	(489)
Janeiro/2028	USD + 5,50% a.a.	100% CDI + a.a.	7.255	7.066	7.078	(12)	6.500	6.900	(400)
Total	-	-	251.422	256.999	269.001	(12.002)	301.679	312.331	(10.652)

Vencimento	Posição ativa	Posição passiva	Nocional	31/03/20254			31/03/20254		
				Valor da curva			Valor de mercado		
				Posição ativa	Posição passiva	Ganho (Perda)	Posição ativa	Posição passiva	Ganho (perda)
Novembro de 2027	IPCA + 12,65% a.a.	100% CDI + 6,00% a.a.	166.667	169.914	180.235	(10.321)	184.219	192.105	(7.886)
Julho 2027	USD + 9,71% a.a.	IPCA + 6,60% a.a.	67.500	73.416	68.874	4.542	105.221	101.836	3.385
Dezembro de 2026	USD + 8,45% a.a.	100% CDI + 3,30% a.a.	10.000	10.296	10.059	237	10.540	10.362	178
Total	-	-	244.167	253.626	259.168	(5.542)	299.980	304.303	(4.323)

13. Arrendamento

13.1. Direito de uso

A movimentação é apresentada a seguir:

	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.320	8.407	10.727
Adições/atualizações	1.459	966	2.425
Depreciações	(821)	(3.381)	(4.202)
Baixas	(31)	-	(31)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.927	5.992	8.919
Adições/atualizações	-	-	-
Depreciações	(232)	(851)	(1.083)
Baixas	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2025	2.695	5.141	7.836

13.2. Passivo de arrendamento

O saldo de contas a pagar de arrendamento em 31 de março de 2025, mensurados a valor presente e descontados pelas respectivas taxas de descontos são apresentados a seguir:

Natureza dos contratos	Taxa média de desconto % a.a.	Vencimento final	Valor presente do passivo
Imóveis	1,51%	Outubro/2028	2.770
Veículos	1,46%	Dezembro/2026	5.382
Total	-	-	8.152

A movimentação é apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.798
Adições	2.488
Baixas	(31)
Pagamentos	(6.045)
Apropriação de encargos financeiros	1.918
Saldo em 31 de dezembro de 2024	9.128
Adições	-
Baixas	-
Pagamentos	(1.388)
Apropriação de encargos financeiros	412
Saldo em 31 de março de 2025	8.152
Circulante	4.007
Não circulante	4.145

13.2.1. Valores reconhecidos no resultado do período

A posição dos saldos é apresentada a seguir:

	31/03/2025	31/03/2024
Ativos de curto prazo e baixo valor	191	233
Total	191	233

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao período findo em 31 de março de 2025 (valores expressos em milhares de reais)

13.2.2. Direito potencial de PIS/Cofins a recuperar

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

Fluxos de caixa	31/03/2025		31/12/2024	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação a pagar	10.676	8.152	12.126	9.128
PIS/Cofins potencial (9,25%)	988	754	1.122	844

Para fins de atendimento ao que requer o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2019, de 18 de dezembro de 2019, o passivo de arrendamento mercantil de direito de uso foi mensurado considerando a taxa de desconto de empréstimo incremental, com a incorporação da inflação futura média projetada de 3,83%, apresentando a seguinte composição:

	31/03/2025	31/12/2024
Fluxo nominal		
Passivo de arrendamento	10.676	12.126
Juros embutidos	(2.524)	(2.998)
Total	8.152	9.128
Fluxo inflacionado		
Passivo de arrendamento	12.119	13.765
Juros embutidos	(3.967)	(4.637)
Total	8.152	9.128

14. Partes relacionadas

As operações com partes relacionadas decorrem, principalmente, de transações entre Companhias do Grupo efetuadas de acordo com condições negociadas entre as partes.

Segue quadro das operações entre as partes relacionadas:

Companhias - Tipo de operação	31/03/2025	31/12/2024
Ativo circulante		
Contas a receber	-	-
Veneza Equipamentos Sul Comércio Ltda.	-	140
Veneza Equipamentos Pesados S.A.	96	8
Total	96	148
Passivo circulante		
Fornecedores		
Veneza Equipamentos Pesados S.A.	730	1.522
Veneza Equipamentos Sul Ltda.	-	51
Veneza Máquinas e Comércio Ltda.	4	8
Veneza Diesel Comércio Ltda.	32	46
V - Capital Gestão de Recursos e Investimento Ltda.	-	71
VDEV Desenvolvimento de Software	72	72
Visagio Consultoria Asses. e Desenv. Ltda.	2.073	1.501
Total	2.911	3.271

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao período findo em 31 de março de 2025 (valores expressos em milhares de reais)

As transações com efeito no resultado estão demonstradas a seguir:

	Custos, despesas e ativo imobilizado		Receita de locação		Receita de seminovos	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Veneza Equipamentos Pesados S.A.	1.570	4.027	262	42	140	-
Veneza Equipamentos Sul Comércio Ltda.	42	374	-	-	-	-
Veneza Máquinas e Comercio Ltda.	2	83	-	-	-	-
Veneza Diesel Comércio Ltda.	75	63	-	-	-	-
Veneza Locações Ltda.	-	-	-	-	-	-
Visagio Consultoria Asses. e Desenv. Ltda.	42	-	-	-	-	-
V-Analytics Consultoria em Gestão Ltda.	-	-	-	-	-	-
V-Info Informática Ltda.	-	38	-	-	-	-
V - Capital Gestão de Recursos e Investimento Ltda.	-	1.281	-	-	-	-
VDEV Desenvolvimento de Software	-	1.440	-	-	-	-
Total	1.731	7.306	262	42	140	-

Termos e condições de transações com partes relacionadas

A Companhia adquire de forma recorrente máquinas, equipamentos, peças e serviços das Companhias destacadas acima, que podem exercer influência econômica e política significativas em sua gestão. Em paralelo, ocasionalmente algumas dessas Companhias alugam máquinas e equipamentos da Companhia de forma pontual e em condições em linha com o mercado.

As transações seguem a política de transações com partes relacionadas vigente entre as Companhias.

Remuneração do pessoal-chave da administração da companhia

A remuneração total paga aos administradores da Companhia foi de R\$ 616 em 31 de março de 2025 (R\$ 3.223 em 31 de março de 2024).

Avais e garantias

As operações para empréstimos e financiamentos perante instituições contábeis são em sua maioria, lastreadas por aval e alienação fiduciária da Companhia.

Outras operações com partes relacionadas

A VRental Locação de Máquinas e Equipamentos S.A. utiliza o espaço físico da Veneza Equipamentos Pesados S.A. para a guarda de máquinas e peças e execução de certas atividades operacionais. Não há contrato de locação firmado entre as partes ou pagamento de contraprestação pela utilização do referido espaço físico.

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2025 é de R\$ 239.169 (R\$ 239.167 em 31 de dezembro de 2024), representados por 32.831.446 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A composição acionária é demonstrada a seguir:

	31/03/2025		31/12/2024	
	Número de ações	Participação %	Número de ações	Participação %
Acionistas controladores	18.715.708	57%	18.715.708	57%
Outros	14.115.738	43%	14.115.738	43%
Total	32.831.446	100%	32.831.446	100%

Em abril de 2022, foram integralizados R\$ 10.300, sendo R\$ 9.013 pela V8 Partners Holding Ltda. e R\$ 1.287 pela VSG Rental Participações Ltda., mediante a emissão de 10.300.000 novas ações. Ainda em abril de 2022 o capital social foi aumentado em R\$ 4.000, sendo R\$ 3.500 pela V8 Partners Holding Ltda. e R\$ 500 pela VSG Rental Participações Ltda., mediante a emissão de 4.000.000 novas ações, totalmente integralizadas no mesmo mês.

Em agosto de 2022, o capital social foi aumentado em R\$ 195.160 pelo VSG II Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia, mediante a subscrição de 6.690.420 novas ações, cuja integralização ocorreu até dezembro de 2022.

Em dezembro de 2022, foi homologado o aumento do capital social em R\$ 20.007 pelo VSG II Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia, mediante os exercícios de bônus de subscrição emitidos pela companhia entre agosto e dezembro de 2022, totalizando a subscrição de 685.883 novas ações.

Entre agosto e dezembro de 2022, a Companhia incorreu em custos de transação de capital no montante de R\$ 9.526, decorrente de assessoria jurídica e comissões de estruturação da operação.

Em março de 2024, a Assembleia Geral Extraordinária autorizou a integralização do capital social, no montante de R\$ 2, e R\$ 5.617 destinado para reserva de capital a título de ágio na subscrição de ações através da capitalização de adiantamentos para futuros aumentos de capital que foram realizados no decorrer do exercício de 2023.

O capital social está representado exclusivamente por ações ordinárias e cada ação ordinária dá o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Bônus de subscrição

Em abril de 2022, foram emitidos bônus de subscrição em duas séries em favor de VSG II Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia, pelo preço total de aquisição de R\$ 2.

Os bônus foram exercidos entre agosto e dezembro de 2022, viabilizando o aumento do capital social em R\$ 20.007 pelo VSG II Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

Em agosto de 2023, foram emitidos bônus de subscrição, conferindo aos titulares o direito de subscrever até 686.136 ações ordinárias da Companhia. Este bônus poderá ser exercido a qualquer momento a partir de 31 de agosto de 2025, até a data limite de 31 de agosto de 2028. A emissão dos bônus de subscrição tem por objetivo a captação de recursos e o alinhamento de interesses com investidores estratégicos.

c) Destinação do resultado

Conforme previsto no Estatuto Social, os acionistas da Companhia terão direito a um dividendo anual de pelo menos 0,1% do lucro líquido do exercício ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao período findo em 31 de março de 2025 (valores expressos em milhares de reais)

16. Receita líquida

	31/03/2025	31/03/2024
Receita operacional bruta		
Receita de locação	36.097	42.751
Receita de locação a faturar	-	-
Receita de venda de seminovos	26.282	8.705
Outros	1.316	431
Total	63.695	51.887
Deduções de vendas		
Tributos sobre vendas	(3.470)	(3.913)
Desconto concedido	(435)	-
Total	(3.905)	(3.913)
Receita operacional líquida	59.790	47.974

A Companhia possui receita de prestação de serviços apenas relacionados a contratos de clientes firmados no Brasil. A divulgação por tipo de receita está divulgada na Nota Explicativa nº 3.1.

Parte da receita é proveniente da venda de máquinas e equipamentos do Ativo Imobilizado, reconhecida como venda de seminovos.

17. Despesas por natureza e função

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	31/03/2025	31/03/2024
Por função		
Custos de locação e venda de imobilizado	(59.557)	(40.837)
Despesas com venda (I)	(16.315)	(4.246)
Despesas gerais e administrativas	(7.798)	(6.125)
Total	(83.670)	(51.208)
Por natureza		
Gastos com pessoal	(9.369)	(7.461)
Serviços prestados - terceiros	(635)	(1.234)
Custos logísticos	(1.815)	(1.001)
Serviços de manutenção	(8.934)	(9.515)
Depreciação e amortização	(20.400)	(20.273)
Amortização direito de uso	(1.083)	(938)
Custo com preparação de locação	-	(280)
Custo na venda ou baixa de imobilizado	(26.207)	(7.127)
Despesas com viagens	(1.473)	(1.275)
Provisão para perdas esperadas com créditos	(164)	(1.357)
Outras receitas (despesas), líquidas (I)	(13.590)	(747)
Total	(83.670)	(51.208)

(I) Em janeiro de 2025 foi concluído o processo de um leilão de venda de 24 máquinas no exterior, realizado no México, no qual a Companhia obteve um resultado negativo de R\$ 12.187, considerado como "não recorrente" em razão de sua natureza e frequência extraordinárias, não fazendo parte das atividades operacionais regulares da Companhia.

18. Resultado financeiro

	31/03/2025	31/03/2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	1.774	3.254
Variação cambial não-dívida	5.648	-
Outras receitas financeiras	133	-
Total	7.555	3.254
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(21.861)	(23.980)
Instrumentos financeiros derivativos	(6.965)	(966)
Variação cambial líquida sobre dívidas	(2.246)	(1.178)
Despesas com consórcios	(686)	(1.548)
Outras despesas financeiras	(1.955)	-1800
Total	(33.713)	(29.472)
Resultado financeiro	(26.158)	(26.218)

19. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferida

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/03/2025	31/03/2024
Resultado antes da contribuição social e do imposto de renda	(49.948)	(29.452)
Alíquota fiscal combinada de IRPJ e CSLL	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL	-	-
Adições/exclusões temporárias, líquidas	16.876	9.893
Total	-	-
Corrente	-	-
Diferido	16.876	9.893
Alíquota efetiva	33,8%	33,6%

	31/03/2025	31/12/2024
Diferidos		
Imposto de renda	41.285	28.875
Contribuição social	14.862	10.395
Total	56.147	39.270

A composição das bases do imposto de renda e da contribuição social diferidos está demonstrada a seguir:

	31/03/2025	31/12/2024
Ativo		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	159.409	136.584
Passivo		
Provisões	2.595	2.539
CPC 47 Tributos	584	823
CPC 47 Receita	(6.310)	(8.898)
Diferença entre depreciação contábil e fiscal	(100.131)	(91.778)
Total	56.147	39.270

A expectativa de realização dos impostos diferidos ativos, aprovada pela administração está assim apresentada:

	31/03/2025	31/12/2024
2026	13.493	13.493
2027	16.287	16.287
2028	26.367	9.490
Total	56.147	39.270

20. Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro/prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. A Companhia não possui ações em tesouraria e nem outros eventos potencialmente diluidores nos períodos apresentados.

	31/03/2025	31/03/2024
Prejuízo atribuível aos acionistas da companhia	(33.072)	(19.559)
Média ponderada de ações ordinárias emitidas	32.831.446	31.376.303
Prejuízo básico e diluído por ação (em reais)	(1,01)	(0,62)

21. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, em uma das seguintes categorias a seguir, de acordo com sua natureza e finalidade: **(i)** a valor justo por meio do resultado; **(ii)** valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e **(iii)** custo amortizado. A Companhia considerou dois fatores para definir a classificação dos ativos financeiros: o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais. A Companhia não possui ativos classificados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial ao: **(i)** custo amortizado; ou **(ii)** mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, empréstimos e financiamentos e fornecedores. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Em 31 de março de 2025, não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os de mercado para os instrumentos financeiros da Companhia.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a fornecedores e empréstimos. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui contas a receber de clientes e depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações.

A administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos para garantir que as atividades em que se assumem riscos financeiros sejam regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros sejam identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas e disposição para risco da Companhia. A Companhia não participa de quaisquer operações com derivativos para fins especulativos.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam os seguintes riscos: de taxa de juros, risco cambial e risco de preço, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar. As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de março de 2025.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, no índice de taxas de juros fixas em relação às taxas de juros variáveis da dívida existentes em 31 de março de 2025.

As seguintes premissas foram adotadas no cálculo das análises de sensibilidade:

- A sensibilidade do balanço patrimonial refere-se aos instrumentos de dívida disponíveis para venda; e
- A sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças assumidas conforme os respectivos riscos do mercado e tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de março de 2025.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos indexados à variação do CDI e TJLP. A exposição destes ativos e passivos à taxa variável é monitorada pela administração da Companhia que acompanha a variação das taxas, com o propósito de ajustar, se necessário, as tarifas de aluguel para mitigar essas flutuações. Adicionalmente, o saldo de equivalentes de caixa e aplicações financeiras da Companhia são também indexadas à variação do CDI.

Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e nos empréstimos, financiamentos aos quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de março de 2025, foram definidos 03 cenários diferentes com base em projeções divulgadas por instituições financeiras. Foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, considerando o percentual de 12,40% e este definido como cenário provável, a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculado o “resultado financeiro” não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações financeiras e o fluxo de vencimentos de cada contrato.

A data-base utilizada da carteira e dos empréstimos e financiamentos foi 31 de março de 2025, projetados por um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Operação	Risco	Exposição em 31/03/2025	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Ativos financeiros			12,40%	9,30%	6,20%
Caixa e equivalente de caixa	Redução do CDI	14.304	1.774	1.330	887
Aplicação financeira	Redução do CDI	32.800	4.067	3.050	2.034
Receita financeira			5.841	4.380	2.921
Passivos financeiros			12,40%	15,50%	18,60%
Empréstimos e financiamentos	Aumento do CDI Indexado	553.463	68.629	85.787	102.944
Despesas financeiras			68.629	85.787	102.944

Além das operações descritas acima, a Companhia também utiliza cenários para avaliar conjuntamente as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira e os possíveis efeitos em seus resultados. O cenário provável representa os valores reconhecidos contabilmente, uma vez que refletem a conversão em reais na data base do balanço patrimonial R\$/US\$ = 5,7422.

Esta análise assume que todas as outras variáveis, em particular, as taxas de juros, permanecem constantes. Os demais cenários consideram a depreciação do Real em relação ao US\$ em 25% e 50%, antes dos impostos.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao período findo em 31 de março de 2025 (valores expressos em milhares de reais)

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Empréstimos e financiamentos	Alta dólar	71.425	89.281	107.138
Despesas financeiras		71.425	89.281	107.138

Risco de crédito

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições contábeis e vendas serviços para diversos clientes, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de clientes realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção dos fornecimentos de produtos serviços, caso o cliente deixe de realizar seus pagamentos.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Os clientes da Companhia são pulverizados, sendo que o maior cliente representa 18% do total das contas a receber em 31 de março de 2025 (12% em 31 de dezembro de 2024). A Companhia não considera que seus recebíveis estejam concentrados e a Diretoria realiza análises periódicas visando pulverizar seus recebíveis e suas receitas.

Como mitigante para a inadimplência dos contratos de locação, considera-se a alta liquidez da frota no caso de rescisões contratuais, recebíveis e suas receitas. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. O risco de crédito da data das demonstrações contábeis foi:

Exposição ao risco de crédito	31/03/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	14.304	26.105
Aplicações financeiras	32.800	34.476
Contas a receber	77.350	102.037
Outros ativos	8.380	9.131
Total	132.834	171.749

Risco de liquidez

A administração analisa as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para sua operação. A administração entende que a Companhia tem plena capacidade de honrar seus compromissos financeiros. A Companhia avaliou sua posição de caixa atual e projetada e considera dispor de liquidez suficiente para seguir cumprindo com suas obrigações.

Os passivos financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data da demonstração contábeis e a data contratual do vencimento.

	Total em 31/03/2025	Menos de 06 meses	Entre 06 e 12 meses	Entre 01 e 02 anos	Entre 02 e 05 anos	Mais de 05 anos
Fornecedores	44.945	36.664	8.281	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	553.463	537.008	9.619	2.555	3.908	373
Contas a pagar de arrendamento	8.152	2.015	1.992	3.143	1.002	-

Frente ao cenário de passivo circulante superior ao ativo circulante, a Companhia possui linhas de crédito pré-aprovadas a custo competitivo e espera obter geração de caixa operacional suficiente para honrar com os compromissos, explicada pelas altas margens operacionais na visão caixa.

Valor justo

As mensurações de valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 e 3, descritas a seguir, com base no grau com que os dados e informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância dos dados e informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade.

	31/03/2025	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos				
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	32.800	-	32.800	-
Passivos				
Valor justo por meio do resultado				
Derivativos - Swap	(10.652)	(10.652)	-	-

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 – Mercado ativo**

Preço – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- Nível 2 – Sem mercado ativo**

Técnica de avaliação – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- Nível 3 – Sem mercado ativo**

Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Para 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

Gestão do capital social

Para atender a sua estratégia de expansão, a Companhia requer capital intensivo de longo prazo para financiamento da frota, no sentido de garantir a continuidade operacional. Para tanto, tem buscado assegurar uma classificação de crédito da melhor qualidade, de forma a conquistar a confiança e solidez que as instituições contábeis requerem para as Companhias que atuam no segmento, bem como a manutenção de limites de créditos junto a essas Instituições, compatíveis com o seu planejamento estratégico para crescimento.

O nível de endividamento da Companhia em relação ao patrimônio líquido está demonstrado a seguir:

	Notas	31/03/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos	-	553.463	578.140
Arrendamento a pagar	-	8.152	9.128
(-) Caixa e equivalentes de caixa	-	(14.304)	(26.105)
(-) Aplicação financeiras	-	(32.800)	(34.476)
Crédito de consórcio	-	(6.292)	(15.153)
Dívida líquida (i)	(a)	508.219	511.534
Patrimônio líquido (ii)	(b)	125.521	158.593
Dívida líquida/patrimônio líquido	(a/b)	405%	323%

- (i) a dívida líquida não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas IFRS, não sendo revisada pelos auditores independentes; e
- (ii) o patrimônio líquido inclui todo capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

22. Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de março de 2025, a Companhia possuía apólices de seguro contratadas com terceiros, cuja natureza e cobertura estão indicadas a seguir: seguros para bens do ativo imobilizado, no montante de R\$ 713.761, sendo o vencimento da apólice agosto de 2025. O contrato será renovado com termos e coberturas equivalentes.

* * *